xado de praticar-se os actos sujeitos à mencionada licença prévia, tudo nos termos dos artigos 105.º a 211.º, alínea b) e parágrafos do regulamento do selo, de 9 de Agosto de 1902:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Finanças, conformando-me com a mencionada consulta, e nos termos dos artigos 354.º, n.º 2.º, e 355.º do Código Administrativo de 1896, decretar a denegação do provimento no recurso.

O Ministro das Finanças assim o faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 11 de Março de 1914. — *Manuel de Arriaga* — *Tomás Cabreira*.

2.ª Repartição

DECRETO N.º 363

Sendo-me presente a consulta do Supremo Tribunal Administrativo acerca do recurso n.º 14:297, em que é recorrente Mário Pinheiro Chagas, recorrido o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos e relator, o vogal efectivo, Dr. João Marques Vidal:

Mostra-se que Mário Pinheiro Chagas, advogado, foi colectado na contribuição de renda de casas, relativa ao primeiro semestre de 1912, por habitar o 4.º andar do prédio n.º 25 da Avenida da República, 3.º bairro; e

Porque a esse tempo já estivesse no estrangeiro, alegando essa circunstância, reclamou extraordinariamente para o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, pedindo a anulação da referida contribuição de renda de casas;

O Conselho recorrido não conheceu do recurso;

Mostra-se ainda que, antes disso, já o mesmo advogado reclamara extraordinariamente das colectas indevidas que lhe foram lançadas, porque não exerce a profissão nem o lugar por que o colectaram, nem habita a casa a que as mesmas colectas se referem;

Não fazia o reclamante referência ao ano á que respeitavam as colectas, mas da informação da Inspecção de Finanças vê-se que ele fora colectado em 1910 como vogal do Conselho da Administração da Companhia de Mossamedes e em 1911 como advogado com escritório na Rua Augusta, 47, 1.º, sendo certo, porém, que a sua profissão de advogado a exerceu só até Junho desse ano, como informa o escrevente informador;

Quanto à contribuição de renda de casas, verificou-se que ele a não devia neste bairro, o segundo, onde não habitava;

Também esta reclamação foi desatendida, sendo dos dois acórdãos do Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos que vem interposto pelo reclamante o presente recurso, e sobre ele foi ouvido o Conselho recorrido, o advogado do recorrente e o Ministério Público, e

Tudo visto:

Considerando que o presente recurso foi interposto em tempo e por pessoa legítima;

Considerando que o recorrente foi inscrito e colectado na matriz de contribuição de renda de casas, referente ao primeiro semestre de 1912, por ocupar o 4.º andar do prédio n.º 25 da Avenida da República, por isso que, não obstante estar a esse tempo no estrangeiro, conservava mobilado e por sua conta o referido andar, como informa a fl. ... o escrevente informador; e esta informação não foi contrariada ou diminuída pelo recorrente; e assim

Considerando que, para os efeitos da contribuição de renda de casas, se reputam casas habitadas, embora nelas não haja residência efectiva e se conservem com escritos, as casas mobiladas, como é expresso o n.º 2 do

§ único do artigo 7.º do regulamento de 29 de Julho de 1898; e é precisamente esta a hipótese dos autos;

Considerando que o recorrente desempenhou o seu lugar de membro do conselho de administração da Companhia de Mossamedes durante o ano de 1910 e a sua profissão de advogado no primeiro semestre de 1911 no seu escritório da Rua Augusta, 47, 1.º, como as informações oficiais de fl. ... constata e o recorrente não contestou, e por isso foi colectado na contribuição industrial respectiva pelo exercício desta no ano de 1911 e pelo desempenho daquele no ano de 1910;

Considerando assim que o recorrente foi, com fundamento, colectado na matriz de contribuição de renda de casas pelo 3.º bairro, como, com fundamento e devidamente, o foi na matriz industrial do 2.º bairro pelo exercício da sua profissão de advogado e pelo desempenho do lugar de membro do conselho de administração da Companhia de Mossamedes (verbas 11 e 208 da tabela anexa ao regulamento de 16 de Julho de 1896); e

Considerando, finalmente, que, em qualquer das hipóteses controvertidas nos autos, os recursos extraordinários para o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos não eram de admitir por força do disposto no artigo 50.º, n.º 2.º do regulamento de 29 de Julho de 1899 e artigo 219.º, n.º 2.º, do regulamento de 16 de Julho de 1896, nem mesmo quanto ao segundo semestre de 1911, em que o recorrente não exerceu a advocacia, por isso só lhe dava direito a reclamar a anulação da contribuição referente a esse semestre, nos termos do n.º 3.º do artigo 201.º do citado regulamento:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Finanças, e conformando-me com a referida consulta, decretar a denegação do provimento no recurso, confirmando os acórdãos recorridos.

O Ministro das Finanças assim o faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 11 de Março de 1914. — *Manuel de Arriaga* — *Tomás Cabreira*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Majoria General da Armada

2.ª Repartição

PORTARIA N.º 123

Tendo-se reconhecido vantagem em alterar o disposto na portaria n.º 53, de 7 de Outubro de 1913, que se refere ao modo de ministrar submercimentos práticos sobre o maquinismo dos barcos submersíveis, e sendo de toda a conveniência fixar os programas relativos à instrução a dar ao pessoal destinado a embarcar nos referidos barcos.

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, adoptar, em substituição do disposto na portaria acima mencionada, as disposições em seguida designadas, e bem assim aprovar os programas que fazem parte da presente portaria, e baixam assinados pelo Major General da Armada:

1.º O pessoal instrutor é constituído pelo comandante e oficiais do torpedeiro submersível *Espadarte*, podendo agregar a si as praças do estado menor e marinagem embarcadas no mesmo barco, que entendam úteis para os auxiliar na instrução.

2.º Os comandantes dos submersíveis pertencentes à Escola Prática de Torpedos e Electricidade fazem parte do Conselho Escolar da mesma Escola.

3.º À instrução são admitidos apenas:

Officiais. — Os diplomados pela Escola Prática de Torpedos e Electricidade, e guardas-marinhas maquinistas. Praças do corpo de marinheiros:

Condutores e mestres de máquinas que estejam habilitados a conduzir e reparar motores de explosão.

Segundos artifices torpedeiros electricistas.

Segundos contra-mestres torpedeiros.

Cabos torpedeiros.

Primeiros torpedeiros.

Cabos fogueiros.

Primeiros fogueiros.

4.º A admissão do pessoal a habilitar, é regulada pela Majoria General da Armada, mediante requerimento dos pretendentes, os quais serão submetidos a uma junta médica para verificar se satisfazem às condições físicas a que se refere o decreto de 1 de Junho de 1912.

5.º Enquanto a instrução for ministrada num só barco submersível, os candidatos serão chamados por grupos formados pelo pessoal que constitui a guarnição completa dum submersível.

5.º A instrução do pessoal a habilitar é regulada pelos programas anexos a estas disposições.

7.º O período de instrução para oficiais e praças do corpo de marinheiros tem a duração minima de seis meses.

8.º No fim de cada período de instrução, o comando do torpedeiro submersível *Espadarte* informará o Conselho Escolar da Escola Prática de Torpedos e Electricidade sobre a aplicação e aproveitamento do pessoal em instrução, competindo ao mesmo Conselho informar a Majoria General da Armada a este respeito, para que nos respectivos assentamentos fique registado o que for julgado conveniente.

9.º O vapor *Vulcano* desempenhará as funções de navio apoio, enquanto não for adquirido navio especialmente destinado a esse fim, para o que será convenientemente preparado, dotando-o com os necessários aparelhos de recepção e transmissão de sinais submarinos.

Dada nos Paços do Governo da República, e publicada em 11 de Março de 1914. — O Ministro da Marinha, *Augusto Eduardo Neuparth*.

PROGRAMAS A QUE SE REFERE A PORTARIA N.º 123

Programas das habilitações práticas necessárias para admissão do pessoal ao serviço dos submersíveis

Para primeiros e segundos tenentes torpedeiros

Conhecimento preciso das características dos submersíveis nacionais. Exame comparativo com as características doutros tipos conhecidos de submersíveis e submarinos.

Idea geral da construção do submersível, sua impermeabilidade e resistência à pressão exterior. Conhecimentos das experiências necessárias para comprovar essa impermeabilidade e resistência, quer na carreira de construção, durante as provas de entrega, quer durante a vida do submersível.

Situação de todas as válvulas existentes nos cascos exterior e interior, relativamente ao número de ordem das balizas.

Balizas que limitam o casco interior. Anteparas de colisão.

Compartimentagem. Aparelhos instalados em cada compartimento.

Situação dos tanques de lastro de água, de combustível e do óleo de lubrificação, respectivas capacidades.

Conhecimento da função que cabe a cada tanque de lastro de água, sua manobra de alagamento e esgôto.

Espaços de circulação de água.

Superestrutura, anteparas que a limitam e dividem, manobra de alagamento e esgôto. Conhecimento de todas as portas de visita, canalizações e válvulas existentes na superestrutura, e bem assim de todos os suportes aí instalados para arrumação do material de serviço, e

do que é desmontado durante o arrasamento do submersível para imersão.

Conhecimento minucioso do colector geral de esgôto, suas ramificações e válvulas.

Capacidade e encanamentos de todas as bombas de bordo nos diversos serviços que podem executar.

Manobra dos tanques de compensação, regulação e calimento, sua canalização, níveis e contadores.

Bateria eléctrica e sua ventilação.

Distribuição eléctrica.

Motores e aparelhos eléctricos.

Instalação do aparelho de T. S. F. Montagem e desmontagem da sua antena.

Compressores.

Acumuladores de ar comprimido, seu agrupamento e aplicação de cada grupo.

Armamento do submersível. Conhecimento detalhado dos tubos de lançamento de torpedos e sua manobra.

Situação dos tanques de compensação de torpedos, sua manobra de alagamento e esgôto.

Situação dos reservatórios de ar para lançamento de torpedos e sua manobra.

Manobra de torpedos.

Cuidados a haver com o lançamento de torpedos em imersão.

Veios motores, suas quarteladas e embraiages.

Aparelho de regulabilidade do passo das hélices.

Motores de combustão, seu funcionamento.

Ventilação do compartimento e *carters* dos motores.

Disposições existentes para aspiração de óleo de lubrificação e água de refrigeração, admissão de combustível, de ar comprimido para deitar a andar e bem assim para cálculo do consumo de combustível e óleo de lubrificação.

Manobra de embarque e de passagem de naftetina, petróleo e óleo de lubrificação.

Conhecimento preciso de todos os aparelhos e disposições de segurança usados no submersível, sua instalação, manobra e cuidados a haver no seu emprêgo.

Lastro destacável, bóia telefónica e luminosa, bóias de arinque dos olhais de suspensão, esgôto eventual dos tanques de naftetina, válvulas existentes fora do compartimento de comando para esgôto dos D. F., válvula automática de profundidade para esgôto dos D. F., extintores de incêndio, aparelho de largar fachos Holmes, válvulas de descarga de ar ambiente para o exterior e para os D. F., válvulas de admissão de ar nos diversos compartimentos, válvulas de admissão de ar fornecido do exterior, depósitos de oxigénio, processos para expulsar o ar viciado do ambiente, meios eventuais de saída da guarnição do submersível, aparelho de sinais submarinos.

Escalas de imersão, cuidados havidos antes da sua fixação no costado para garantir o rigor das suas indicações.

Estudo do cálculo de estabilidade do submersível — conhecimento das alturas metacéntricas nas seguintes condições: à superfície, em imersão normal, em imersão com D. F. vazios e lastro destacável largo.

Fôrças que influem no equilíbrio longitudinal do submersível durante a imersão estática; fôrças que actuam sobre o submersível durante a navegação em imersão, supondo em ambos os casos homogéneo o meio em que está submerso.

Influência da densidade das águas em que o submersível emerge.

Estudo das densidades e correntes das águas do Tejo.

Influência da disposição especial que apresenta a superestrutura sobre a reserva de flutuabilidade do submersível à superfície, e rapidez das operações de imersão e emersão.

Conhecimento preciso do governo dos lemes horizontais em imersão. Influência da reserva de flutuabilidade

e ângulo de caimento regulados, velocidade e ângulo de leme vertical sobre o governo dos lemes horizontais.

Inclinómetros, manómetros de profundidade. Indicador de profundidade. Governo do leme vertical em imersão. Bússolas empregadas. Cleptoscópios, conhecimento de todos os aparelhos de visão usados na navegação submarina.

Odómetro Forbes. Taquímetros. Disposições para transmissão de ordens.

Ancora, sua instalação e manobra.

Conhecimentos dos locais em que são arrumadas todas as chaves de manobra.

Conhecimento do detalhe completo e das instruções por que se regula o serviço a bordo para a manutenção do submersível e de todos os aparelhos nele instalados.

Cuidados a haver e preparativos a fazer antes de efectuar uma imersão.

Cuidados a haver durante a imersão.

Elaboração de mapas completos de todos os elementos duma imersão.

Estudo minucioso de todos os planos do submersível.

Exercícios

Além de exercícios parciais repetidos que darão o carácter prático indispensável às habilitações que constam deste programa, são ainda exigidos:

I. 24 exercícios de imersão, dos quais 12, pelo menos, navegando, 6 com lançamento de torpedos e 4 com passagem dos motores de combustão aos motores eléctricos e vice-versa.

II. 8 cargas da bateria de acumuladores eléctricos, das quais 4 efectuadas com os motores de combustão do submersível.

III. 8 cargas dos acumuladores de ar comprimido efectuadas com os compressores de bordo.

IV. 12 exercícios de navegação com os motores de combustão, de duração não inferior a 3 horas cada um.

Para guardas-marinha maquinistas

Classificação dos motores de óleo pesado e seu emprego.

Generalidades sobre combustíveis empregados nos motores Diesel e especialmente sobre a naftetina.

Descrição geral de todo o aparelho motor e seu funcionamento detalhado; comparação com outros do mesmo tipo.

Cuidados e regras a observar na montagem e desmontagem dos órgãos importantes; sua regulação geral e preparação.

Regras para a sua condução, manobra e manutenção.

Avarias mais frequentes, inconvenientes notados durante o funcionamento, de fácil conhecimento pela prática de condução e bem assim conhecimento dos que podem ser indicados pelo diagrama obtido.

Ventilação do compartimento e *carters* dos motores.

Disposições existentes para aspiração de óleo de lubrificação e água de refrigeração, admissão de combustível e ar comprimido para deitar a andar e bem assim para cálculo do consumo de combustível e óleo de lubrificação.

Taquímetros.

Manobra de embarque e passagem de naftetina, petróleo e óleo de lubrificação.

Conhecimento das características dos submersíveis nacionais.

Situação de todas as válvulas existentes nos cascos exterior e interior.

Compartimentagem.

Situação dos tanques de lastro de água, combustível e óleo — respectivas capacidades.

Conhecimento da função que cabe a cada tanque de lastro de água, seu alagamento e esgôto.

Espaços de livre circulação.

Superestrutura — conhecimento de todas as portas de visita, canalizações e válvulas existentes na superestrutura.

Colector geral de esgôto, suas ramificações e válvulas.

Bombas — capacidade de todas as bombas trabalhando independentemente sobre o colector geral de esgôto.

Manobra dos tanques de compensação, regulação e caimento, sua canalização, níveis e contadores.

Capacidade das bombas auxiliares nos diversos serviços que lhes cabe executar.

Veios motores, quarteladas de que são compostos, suas embraiagens e desembraiagens.

Aparelho de regulabilidade ao passo das hélices — suas vantagens.

Conhecimento de todas as disposições de segurança usadas no submersível.

Conhecimento dos locais em que são arrumadas todas as chaves de manobras.

Estudo minucioso de todos os planos do submersível, que dizem respeito à matéria detalhada neste programa.

Exercícios

Além de exercícios parciais repetidos:

I. 18 exercícios de imersão, sendo 6 navegando e com passagem dos motores de combustão aos motores eléctricos e vice-versa.

II. 4 cargas da bateria de acumuladores eléctricos com os motores de combustão do submersível.

III. 20 exercícios de navegação à superfície, de duração não inferior a três horas cada um.

Para todas as praças do corpo de marinheiros

Parte comm

Conhecimento das características mais importantes dos subsíveis nacionais.

Compartimentagem.

Situação de todas as válvulas existentes nos cascos exterior e interior.

Situação dos tanques de lastro de água, combustível e óleo.

Conhecimento da função que cabe a cada tanque de lastro de água, seu alagamento e esgôto.

Espaços de livre circulação.

Superestrutura — conhecimento de todas as portas de visita, canalizações e válvulas existentes na superestrutura e bem assim de todos os suportes destinados à arrumação do material em serviço ou do que é desmontado para arrasamento do submersível.

Colector geral de esgôto — suas ramificações e válvulas.

Bombas — sua instalação e funcionamento.

Motores de combustão — sua instalação e funcionamento.

Manobra de embarque e passagem de naftetina, petróleo e óleo de lubrificação.

Veios motores, quarteladas de que são compostos, embraiagens entre estas e entre os veios e os aparelhos que lhes são atrelados.

Conhecimento de todas as disposições de segurança usadas no submersível.

Conhecimento dos locais em que são arrumadas todas as chaves de manobra.

Para artifices torpedeiros electricistas

Acumuladores eléctricos, sua instalação e ligações. Ventilação da bateria eléctrica, sua necessidade. Cuidados a haver durante a carga da bateria, modos de reparação em casos de avaria, montagens e desmontagens.

Distribuição eléctrica, quadros de distribuição.

Motores eléctricos principais e auxiliares, sua condução e manutenção. Acessórios dos motores eléctricos principais, montagens e desmontagens.

Aquecedores eléctricos, cozinha eléctrica.

Instalação do aparelho de T. S. F.

Compressores de ar, cuidados a haver durante o seu funcionamento. Reparações, montagens e desmontagens.

Acumuladores de ar comprimido, seu agrupamento e emprêgo de cada grupo.

Distribuição de ar comprimido, uniões, válvulas e vedações.

Armamento do submersível.

Tubos de lançamento de torpedos, suas montagens e desmontagens, e cuidados a haver durante elas.

Tanques de compensação de torpedos, seu alagamento e esgôto.

Reservatórios de ar para lançamento de torpedos, respectiva canalização.

Cuidados a haver para introdução dos torpedos nos tubos de lançamento ou na caixa de armazenagem.

Cuidados a haver com o lançamento de torpedos em imersão.

Motores de combustão, descrição geral de todo o aparelho motor e seu funcionamento.

Regras a observar na montagem e desmontagem dos órgãos mais importantes e métodos práticos para a sua regulação.

Regras gerais e cuidados a observar durante a condução, manobra e para a sua manutenção.

Avárias mais frequentes e inconvenientes que podem verificar-se durante o funcionamento e maneira de os evitar e remediar.

Ventilação do compartimento e carters dos motores.

Disposições existentes para aspiração do óleo de lubrificação e água de refrigeração, admissão do combustível e ar comprimido para deitar a andar e bem assim para cálculo do consumo de combustível e óleo de lubrificação.

Taquímetros—Telégrafos.

Conhecimento de todos os aparelhos e disposições de segurança usados no submersível, sua instalação, manutenção, montagens e desmontagens e cuidados a haver no seu emprêgo e reparação.

Transmissões dos lemes horizontais e verticais.

Cleptoscópios—Suas montagens e desmontagens.—Aparelho e disposições para movimento em elevação dos cleptoscópios.

Odómetro Forbes—Suas vantagens e desvantagens.

Instruções por que se regula a manutenção do submersível e de todos os aparelhos nele instalados.

Exercícios

Além de exercícios parciais repetidos:

I. 18 exercícios de imersão, dos quais 10 navegando, 3 com lançamento de torpedos e 3 com passagem dos motores de combustão aos motores eléctricos e vice-versa.

II. 6 cargas da bateria de acumuladores eléctricos, das quais 3 efectuadas com os motores de combustão do submersível.

III. 6 cargas de acumuladores de ar comprimido efectuadas com os compressores de bordo.

IV. 10 exercícios de navegação com os motores de combustão, de duração não inferior a 3 horas cada um.

Para segundos contramestres, cabos e primeiros torpedeiros

Acumuladores eléctricos, sua instalação e ligações. Ventilação da bateria eléctrica, sua necessidade. Cuidados a haver durante a carga da bateria e na sua manutenção em geral.

Motores eléctricos principais e auxiliares, sua condução e manutenção. Aquecedores eléctricos, cozinha eléctrica.

Instalação de T. S. F. Montagem e desmontagem da antena.

Compressores de ar, cuidados a haver durante o seu funcionamento.

Acumuladores de ar comprimido, seu agrupamento e emprêgo de cada grupo.

Distribuição de ar comprimido, suas aplicações a bordo.

Armamento do submersível. Conhecimento detalhado dos tubos de lançamento de torpedos e sua manobra.

Situação dos tanques de compensação de torpedos, sua manobra de alagamento e esgôto.

Situação dos reservatórios de ar para lançamento de torpedos, sua manobra.

Manobra de embarque de torpedos e sua introdução nos tubos de lançamento ou na caixa de armazenagem.

Conhecimento preciso de todos os aparelhos e disposições de segurança usados no submersível, sua instalação, manobra e cuidados a haver no seu emprêgo.

Enumeração e descrição desses aparelhos.

Conhecimento do governo dos lemes horizontais para a navegação em imersão. Inclínómetros. Manómetros de profundidade. Axiómetros. Indicador de profundidade.

Governo do leme vertical em imersão. Bússola de reflexão.

Creptoscópios, seu uso, manobra em elevação dos cleptoscópios.

Odómetro Forbes. Taquíómetros. Disposições para transmissão de ordens. Ancora, sua instalação e manobra.

Conhecimento das instruções por que se regula a manutenção do submersível e de todos os aparelhos nele instalados.

Exercícios

I. 18 exercícios de emersão, sendo 10 navegando e 3 com lançamento de torpedos.

II. 6 cargas da bateria de acumuladores eléctricos.

III. 6 cargas de acumuladores de ar comprimido efectuadas com os compressores de bordo.

IV. 10 exercícios de navegação à superfície, de duração não inferior a três horas cada.

Observações

I. Os segundos contramestres torpedeiros deverão demonstrar praticamente possuir aptidão para o governo com os lemes horizontais.

II. Aos cabos e primeiros torpedeiros que mostrem aptidão para o serviço dos motores de combustão, serão dadas habilitações práticas mais desenvolvidas sobre esses motores, averbando-se-lhes a correspondente nota ao finalizar o período de instrução.

Para cabos e primeiros fogueiros

Conhecimento geral da instalação dos motores de combustão e de todos os órgãos necessários ao seu funcionamento.

Regras gerais e cuidados a haver com a montagem e desmontagem dos órgãos mais importantes dos motores.

Regras gerais sobre a sua condução e cuidados de manutenção.

Cuidados a observar com os inconvenientes que podem apresentar-se durante o funcionamento.

Ventilação do compartimento e *carters* dos motores.

Disposições existentes para aspiração de óleo de lubrificação e água de refrigeração, admissão de combustível e ar comprimido para deitar a andar, e bem assim, para cálculo do consumo de combustível e óleo de lubrificação.

Taquímetros. Telégrafos.

Manutenção geral do submersível e órgãos de que trata este programa e o programa comum de todas as praças do Corpo de Marinheiros.

Exercícios

I. 18 exercícios de emersão, sendo 3 navegando e com passagem dos motores de combustão aos motores eléctricos e vice-versa.

II. 3 cargas da bateria eléctrica com os motores de combustão, do submersível.

III. 18 exercícios de navegação com os motores de combustão, de duração não inferior a três horas cada um.

Majoria General da Armada, em 11 de Março de 1914.—O Major General da Armada, *J. M. Teixeira Guimarães*, vice-almirante.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral das Colónias

7.^a Repartição

PORTARIA N.º 124

Tendo a Companhia dos Caminhos de Ferro de Benguela, sociedade anónima de responsabilidade limitada, com sede em Lisboa, pedido para lhe ser permitido emitir a 4.^a série das obrigações autorizadas em assemblea geral extraordinária de 6 de Setembro de 1909, nos termos do artigo 3.º do contrato de concessão de 28 de Novembro de 1902, e pela forma que consta da acta daquella assemblea geral;

E atendendo a que a emissão, cuja autorização a Companhia solicita, está nos termos de ser aprovada e conforme as disposições da lei:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, autorizar a referida Companhia a criar e a emitir, nos termos e para os fins por ela propostos, 790.000 libras ou 3:555 contos (ouro) de obrigações que constituem a 4.^a série (série D), de 7:900 obrigações nominativas ou ao portador, do valor nominal de 100 libras ou 450\$ cada, com as seguintes condições:

1.^a Que desta emissão nenhuma responsabilidade, de qualquer natureza ou espécie, resultará para o Estado.

2.^a Que a referida emissão só possa realizar-se, depois de cumpridas as disposições do artigo 11.º do regulamento de 27 de Agosto de 1896.

Outrossim, manda o Governo da República Portuguesa declarar que o valor das 650:000 libras de obrigações em títulos de 100 libras ou 450\$ da série A, cuja emissão foi autorizada em portaria de 22 de Abril de 1910, é de 2:925 contos em vez de 2:950 contos (ouro), como se lê na referida portaria.

Dada nos Paços do Governo da República, e publicada em 11 de Março de 1914.—O Ministro das Colónias, *Alfredo Augusto Lisboa de Lima*.

PORTARIA N.º 125

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, ao qual foi presente o projecto do contrato adicional ao contrato de curadoria, para emissão de obrigações da Companhia do Caminho de Ferro de Benguela, aprovado por portaria de 15 de Abril de 1910, conceder a aprovação ao mencionado projecto de contrato adicional que faz parte integrante desta portaria, introduzindo-lhe, porém, a cláusula de que a Companhia toma plena e inteira responsabilidade pelo paga-

mento dos prejuízos que possa ter a linha férrea, quando porventura tenha de ficar na posse dos curadores, e ficando bem estabelecido que da interpretação ou cumprimento das disposições deste contrato não poderá resultar, em hipótese alguma, ofensas aos direitos e interesses do Estado, que estão afirmados expressamente no decreto de concessão e subseqüentes diplomas que o modificam.

O que o mesmo Governo manda comunicar, pela Direcção Geral das Colónias, ao comissário do Governo junto da Companhia do Caminho de Ferro de Benguela, para os devidos efeitos.

Dada nos Paços do Governo da República, e publicada em 11 de Março de 1914.—O Ministro das Colónias, *Alfredo Augusto Lisboa de Lima*.

MINISTÉRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Repartição de Instrução Artística

DECRETO N.º 364

Convindo aclarar o decreto de 1 de Julho de 1913, relativo à protecção das obras literárias e artísticas, em harmonia com os artigos 594.º, 595.º e seus parágrafos, e 596.º do Código Civil;

Tendo em atenção que Portugal, pela sua adesão à União Internacional para a protecção da propriedade literária e artística, por decreto, com força de lei, de 18 de Março de 1911, deve tornar efectivo o cumprimento dos artigos 4.º e 11.º da Convenção de Berlim, de 13 de Novembro de 1908;

Outrossim, tendo em atenção o acôrdo luso-brasileiro, ratificado pelo decreto de 28 de Setembro de 1889, e o acôrdo com a Itália, por troca de notas, de 12 de Maio de 1906;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa;

Hei por bem decretar, sob proposta dos Ministros dos Estrangeiros, do Interior e da Instrução Pública;

Artigo 1.º Todas as autoridades administrativas a quem incumbe pôr o visto nos cartazes de qualquer espectáculo ou audição em que se pague a entrada e se representem ou ouçam peças originaes ou extraídas e adaptadas de obras originaes de autores naturais de países que, por lei ou tratado, gozam no nosso país de tratamento nacional, devem negar o seu visto e não permitir a respectiva representação ou audição sem que os empresários, directores ou quaisquer outros responsáveis pelas companhias ou grupos artísticos que promovam ou executem a exhibição ou audição dessas peças, apresentem autorização por escrito dos autores, colectividades ou indivíduos seus representantes, herdeiros ou cessionários.

Art. 2.º As referidas autoridades quando concederem o visto ao cartaz duma peça averbarão esse visto no verso da autorização mencionada tantas vezes quantas forem as exhibições ou audições da obra, mencionando a localidade e a data de cada uma.

Art. 3.º O regulamento sobre a propriedade literária e artística será objecto de decreto especial.

Os Ministros dos Estrangeiros, do Interior e da Instrução Pública assim o tenham entendido e façam executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 11 de Março de 1914.—*Manuel de Arriaga*—*Bernardino Machado*—*José de Matos Sobral Cid*.